

ENTREVISTA COM A PROFESSORA QUEITI CRISTINA PEREIRA DA SILVA



*Érika Loureiro de Carvalho¹
Queiti Cristina Pereira da Silva²*

Erika Carvalho: Como a lei 10.639/2003 contribui para construção de práticas antirracistas na educação da primeira infância?

Queiti Silva: Sendo a Educação Infantil a primeira etapa de escolarização que a criança vivencia, as questões de igualdade racial devem ser desenvolvidas desde então, para que, o quanto antes, as crianças negras vivenciem experiências positivas na construção da sua identidade. Isso passou a ser

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2022) , Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021) , graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018) e em Comunicação Social pela FACHA (1994). Revisora de textos acadêmicos. É membro do Grupo de Estudos Multiculturais - GEM / UFRJ e atuou no Projeto Mais Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

² Cursando Mestrado em Educação no Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO; membra do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas e Formação de Professores, está em fase de apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Especialista em Alfabetização, Leitura e Escrita pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Pós-graduada em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social, da Universidade Federal Fluminense - UFF, concluído em 2016; Pedagoga com Licenciatura Plena e Bacharelado em Pedagogia pela Universidade Veiga de Almeida - UVA concluído em 2014. Desenvolve estudos na área de Educação Infantil com ênfase em: Leitura literária, Escrita e Leitura, Práticas Antirracistas.

assegurado pela lei 10.639/2003, que alterou a lei 9.394/1996, tornando obrigatórios os estudos da história e cultura afro-brasileira e africana. Além disso, destaque também a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, nela exorta-se que todas as instituições de ensino que se ocupam de cuidar e educar crianças promovam em suas propostas pedagógicas “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras, bem como ao combate ao racismo e discriminação” (BRASIL, 2009, art. 9, inciso VIII).

EC: Em que medida a interação e as brincadeiras que abordam culturas africanas favorecem a valorização de identidades étnico-raciais marginalizadas?

QS: A interação é um dos eixos que norteiam o trabalho na Educação Infantil, brincar é um direito humano. Sendo assim, as brincadeiras que abordam as culturas africanas caminham no sentido de apresentar uma outra versão da história sobre o Continente Africano, possibilitando a essa criança de interagir, com narrativas plurais mostrando a elas que não aceitamos mais ser objeto da nossa história que foi limitada a um espaço homogêneo e estereotipado. Ao resgatar a teoria e a prática das brincadeiras tradicionais e de herança africana, que antigamente eram passados de geração em geração, estamos contribuindo para uma visão que se apresenta da pessoa negra livre de estereótipos.

EC: De que forma a escola pode, pedagogicamente, enfrentar o racismo estrutural?

QS: Em alguns espaços que atuei percebi os efeitos nocivos da ausência de representatividade negra na escola. Isso se materializa na confecção dos espaços, dos ambientes, dos murais e no material didático, se refletindo no desconforto das crianças se autodeclararem como negros, de se representarem

como negros nos desenhos que fazem e colorem e na rejeição dos seus fenótipos. Importante destacar que a ausência de representatividade não ocorre somente na escola, já que a sociedade brasileira é marcada por ideologias eurocêntricas, brancas e racistas. Neste sentido, a escola apresenta-se como um “braço” do racismo estrutural porque perpetua e reproduz o racismo. Promover práticas de leitura literária com títulos de literatura negra é uma possibilidade, inclusive eu aposto no encontro entre crianças, livros e a literatura negro-brasileira como ferramenta de fortalecimento das identidades negras.

EC: Como o racismo se manifesta no ambiente escolar e de que forma afeta as experiências de socialização na educação infantil?

QS: A negação dos conhecimentos e saberes africanos /étnico-raciais em detrimento do conhecimento eurocêntrico pode ser observada nos materiais utilizados e nas relações que são estabelecidas em sala de aula. E isso é sentido ou afetado quando percebemos o silenciamento dos corpos negros que habitam a escola. Nesse contexto, potencializar a construção das identidades, o fortalecimento e a valorização do pertencimento negro sugerindo caminhos e tensionando mudanças é urgente.

EC: Como pensar em estratégias que promovam uma educação sem racismo nas práticas cotidianas das crianças pequenas?

QS: É fundamental enfrentarmos o desafio de mudar a natureza das nossas práticas de ensino. Elas precisam evocar a convivência pacífica e igualitária das diferenças, conforme defende hooks (2013).

EC: A sua formação docente contribuiu para a sua construção antirracista? De que forma?

QS: A minha certificação inicial não. Sou formada em Pedagogia e não recebi nenhuma indicação de leitura sobre a temática durante o curso. A minha construção antirracista foi em serviço; foi atuando como professora de Educação Infantil e em parceria com uma outra docente que já atuava no movimento negro que comecei a estudar e pesquisar sobre o assunto. A partir de então, toda minha ação de luta foi deslocada e ressignificada, visando compreender e identificar práticas racistas que acontecem no espaço escolar.

EC: Como elencar ações de combate ao racismo que possam alcançar as crianças e reverberar não apenas na escola, mas também fora dela?

QS: Publicizando a toda comunidade escolar a lei 10639 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Incluir a temática das relações étnico- raciais no Projeto Político Pedagógico da escola, promover o diálogo com todos os atores da comunidade escolar, visibilizar as vozes dos que vivenciam o racismo em seu cotidiano e compartilhar práticas, estratégias e resultados que são obtidos pela escola a partir da assunção de uma educação antirracista são exemplos de algumas ações possíveis.

EC: Como tornar a educação antirracista parte do compromisso social docente com uma sociedade mais inclusiva?

QS: Considero que seja importante professores passarem por experiências que valorizem a cultura negra durante seu percurso formativo. Dessa forma, esses profissionais terão a possibilidade de reverem suas práticas e ser provocados a assumir um compromisso com a educação antirracista e com uma sociedade mais inclusiva.

EC: Como forjar, através da compreensão cultural, perspectivas outras de educação para as relações étnico raciais na educação infantil?

QS: A lei 10.639/2003 completou a maioria, mas ainda percebemos uma resistência à inclusão das discussões que versam sobre relações étnico raciais, conforme orienta a lei. Precisamos que as temáticas que envolvem a educação para as relações étnico raciais sejam trabalhadas satisfatoriamente na educação infantil. Eu acredito que buscar parcerias com grupos teatrais, de contação de histórias, musicais, mapear as manifestações culturais e artísticas que acontecem no território em que as unidades escolares estão inseridas seja uma fonte de inspiração para agregar múltiplas culturas, visibilizar possibilidades de pertencimento e saberes diversos que compõem o universo cultural, ampliando assim o olhar das crianças para valorização das identidades culturais que constituem a nossa sociedade, com um olhar especial para o seu território.

EC: Qual a importância de romper o silenciamento docente no processo educativo das crianças pequenas, que tanto contribui para a perpetuação do racismo estrutural?

QS: Imensa. Sensibilizar os professores que atuam nesse segmento perante o tratamento e enfrentamento às questões raciais, defendendo que discutir a questão étnica na Educação Infantil é condição *sine qua non* para pensarmos em um projeto de educação em que as crianças identifiquem e reconheçam suas diferenças étnicas e consigam verbalizar sobre elas, livres do estigma do preconceito. É na escola que temos a oportunidade de promover o engajamento em práticas libertárias coletivas para que, crianças e professores, conscientes da importância de sua atuação, possam recriar e reconhecer a multiplicidade de saberes e conhecimentos existentes.